



Cercamento das florestas sob o “capitalismo verde”: miradas desde a fronteira trinacional Brasil/Peru/Bolívia

Fencing of forests under the “green capitalism”: targeted from the border tri National Brazil/Peru/Bolivia

Elder Andrade de Paula - Pós-doutor pelo Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Nacional Autónoma de México. Professor associado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Mestrado Linguagens e Identidades da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: elderpaula@uol.com.br.

Maria de Jesus Morais - Doutora em Geografia pela UFC e professora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Mestrado Linguagens e Identidades da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: mjmorais@hotmail.com; mjmorais@globo.com.

Silvio Simione da Silva - Doutor em Geografia pela UNESP e professor adjunto do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Mestrado Linguagens e Identidades da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: ssimione@gmail.com

Resumo

Neste artigo analisamos diretrizes e políticas voltadas para instituir a reterritorialização capitalista na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia e a emergência de novos conflitos territoriais dela decorrentes. Ao intensificar as formas de mercantilização/financeirização da natureza para levar a cabo o novo ciclo de acumulação do capital, os territórios ocupados por povos tradicionais submergem em outra ordem de conflitos sociais. Potencializam-se as ameaças relacionadas com a continuidade de suas existências e de suas singularidades culturais e identitárias. Os dados aqui utilizados são provenientes do Projeto de Pesquisa “Processos de reterritorialização e agenda verde na Pan-Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia” (CNPq, biênio 2013-14). Metodologicamente nos valem da interface entre as Ciências Sociais e a Geografia Humana com o intuito de interpretar a dinâmica que anima a reprodução social do espaço nesses territórios reconfigurados no decorrer desse “esverdeamento” do capitalismo. Nas conclusões, procuramos mostrar que a espoliação e as transgressões dos direitos territoriais dos povos indígenas e do campesinato constituem um dos traços fundamentais desse processo.

Palavras-chave

Conflitos territoriais. Capitalismo verde. Pan-Amazônia.

Abstract

Here we review the guidelines and policies aimed to establish the capitalist re-territorialization in the triple border Brazil/Peru/Bolivia and the emergence of new territorial conflicts arising from it. By intensifying forms of commodification/financialisation of nature to carry out the new capital accumulation cycle, the territories occupied by traditional peoples drown in a different order of social conflicts. Leverage is related threats to the continuity of their existence and their cultural and identity singularities. The data used are from the Research Project that concluded recently “re-territorialisation processes and green agenda in the Pan Amazon: a study of the triple border Brazil/Peru/Bolivia,” supported by CNPq, 2013-14 biennium. Methodologically draw on the interface between the Social Sciences and Human Geography in order to interpret the dynamics that animates the social re-production of space in these territories reconfigured during this “greening” of capitalism. The conclusions sought to show that the dispossession and violations of the territorial rights of indigenous peoples and peasants are one of the main features of this process

Keywords

Territorial conflicts. Green capitalism. Pan Amazon.

INTRODUÇÃO

A fronteira trinacional Brasil/Bolívia/Peru passa por um processo acelerado de reterritorialização capitalista. Essa reterritorialização ocorre em um momento marcado, por um lado, pela intensificação das disputas de ordem geopolítica em torno do controle dos bens naturais estratégicos para a continuidade do processo de acumulação capitalista em escala global e, por outro pelo crescimento das pressões contra a destruição ambiental geradas nesse processo. Neste cenário, procura-se apresentar como “única alternativa” as políticas e as estratégias de desenvolvimento adaptadas às diretrizes da “economia verde” (PAULA, 2011).

Os grandes projetos têm afetado em escala crescente os territórios de povos indígenas e comunidades camponesas gerando graves conflitos sociais em torno das disputas pelo domínio territorial. Entre esses grandes projetos, destacamos: construção de rodovias e grandes hidrelétricas, como as do rio Madeira no estado de Rondônia/Brasil, Cachuela Esperanza no departamento de Beni/Bolívia e outras seis projetadas no departamento de Madre de Dios/Peru; exploração de petróleo e gás; mineração; intensificação da exploração florestal madeireira; expansão da pecuária extensiva de corte; adoção de mecanismos de controle territorial e financeirização da natureza institucionalizados na forma de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)¹.

Interpretar as “adaptações verdes” nesses territórios – colocando em evidência seu núcleo estruturante comum – tal como apresentadas pelo complexo de organizações e instituições responsáveis pela sua implementação/difusão ideológica e confrontá-las com as vozes dissonantes, constituiu-se no elemento chave para reflexão sobre os velhos e novos conflitos sociais relacionados a terra/território. Foi nessa perspectiva que realizamos o Projeto de Pesquisa “Processos de reterritorialização e agenda verde na Pan-Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia” no biênio 2013-14, com financiamento do CNPq. Os dados utilizados neste artigo resultam das conclusões apresentadas no relatório final do referido projeto.

¹ Os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) foram concebidos como mecanismo de compensação nos quais os supostos fornecedores desses serviços fariam jus a uma remuneração. Trata-se de uma forma sutil de financeirizar a natureza que vai mais além-conversão de novos territórios e seus componentes em mercadoria. De acordo com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), a financeirização da natureza se realiza ao colocar “sua gestão nas mãos dos mercados financeiros, que resolverão as questões em função de seus interesses de lucro, buscando maneiras de investir no presente a gigantesca quantidade de riqueza privada e ativos disponíveis, e também de gerar novas formas de acumulação de capital” (Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-181/>).

A escolha da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia, como recorte de pesquisa, deveu-se, em primeiro lugar à profundidade das “adaptações verdes” produzidas nesses territórios e sua importância para uma reflexão mais geral sobre a Pan-Amazônia. Nesse sentido, destaca-se o fato da experiência do estado do Acre ser propagada - por parte das agências e agentes internacionais identificados com o capitalismo verde - como modelo a ser replicado em outras regiões tropicais do mundo. Em segundo lugar, ao acúmulo de pesquisas e acompanhamento “de perto” nesses territórios da implementação das referidas adaptações por parte dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa.

Valemo-nos para a operacionalização da pesquisa de dois grupamentos de fontes essenciais: o primeiro envolveu a continuidade no exame da produção bibliográfica relacionada com a temática e da base de dados resultante das pesquisas e orientações que temos realizado, além de levantamento de dados provenientes de fontes governamentais (relatórios, legislação, planos de governo etc.) e do complexo de organizações vinculados à “sociedade civil”. A maior parte dessas informações foi acessada via internet.

O segundo grupamento de fontes apoia-se nas informações resultantes das atividades de campo propostas na pesquisa, que abrangeram consulta à base de dados de instituições governamentais, universidades, representações dos diversos sujeitos sociais e incursões nos territórios para manter contato direto com os seus moradores.

O contato com as comunidades afetadas diretamente por essa reterritorialização instituída sob a “agenda verde”, bem como assessorias e pesquisadores de instituições locais, tiveram importância fundamental na pesquisa. Foram realizadas quatro incursões de trabalho de campo, sendo três no segundo semestre de 2013 e uma no ano seguinte. No estado do Acre foram escolhidos os Projetos de Assentamento Agroextrativistas Porto Dias e Chico Mendes, Floresta Estadual do Antimary (áreas pioneiras de implantação de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), apresentadas como “modelos de sucesso”), projetos Purus e Russas/Valparaíso (projetos privados de REDD em início de operação). No departamento de Pando *la Concesión Forestal Indusmar* (considerada a mais “correta” na obediência das normas instituídas nos PMFS). Antes da ida a campo realizamos na cidade de Riberalta (Departamento de Beni) uma reunião com 18 lideranças sindicais e comunitárias. Em Madre de Dios, concentramos nossas atenções na província de Tahuamanu, dado que é nela que se localiza a maior parte das concessões florestais. Durante os dias que permanecemos nessa província, conversamos com lideranças da *Federación Agrária Campesina de Madre de Dios (FADEMAD)* e técnicos da *Dirección Regional*

Forestal y de Fauna Silvestre da Província de Tabuamannu. As entrevistas e conversas realizadas em reuniões envolveram mais de uma centena de pessoas, cujos nomes não serão revelados para fins de preservação da segurança das mesmas, tal como foram informadas previamente.

No plano teórico-analítico, interpretamos a “fronteira política” como a consagração de determinadas correlações de forças políticas que tende a esconder o *front* (a disputa) que a engendrou. Estas são definidas como estruturas espaciais elementares, de forma linear, com função de descontinuidade geopolítica entre os Estados nacionais, com o propósito de ser referência do exercício de soberania e os sentidos simbólicos subjacentes, como o sentimento de pertencimento a uma comunidade política inscrita em um território próprio (FOUCHER, 1991).

É importante ressaltar que a concepção de fronteira aqui trabalhada é tanto a concepção de limite, como delimitação territorial da atuação jurídica do Estado-nação quanto à concepção de fronteira enquanto *front* de expansão econômica e cultural. Da mesma forma a concepção de território discutido aqui vai além da dimensão jurídico-administrativa, de corpo do Estado-nação, de áreas geográficas delimitadas, reconhecidas e controladas pelo Estado nacional. O território aqui é entendido como resultado de processos concomitantes de dominação e controle (jurídico-econômico-social) ou apropriação (cultural-simbólica) do espaço físico por agentes não estatais (HAESBAERT, 2002; 2004; 2005).

A territorialização desses processos se dá, como lembram Haesbaert e Machado (2005, p. 91), tanto de “cima para baixo, a partir da ação intencional do Estado ou das grandes empresas” quanto de “baixo para cima, por meio das práticas e da significação do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades” e nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos oficiais. Essas relações com os territórios externos - também no caso da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia - têm sido marcadas nas duas últimas décadas por um processo de sujeição a ideias e práticas voltadas para a efetivação das “adaptações verdes”. Subordinadas a uma geopolítica de controle dos bens naturais por parte dos países centrais, essas “adaptações” lograram legitimidade graças à mobilização de um monumental aparato de construção de hegemonia.

As grandes ONG conservacionistas internacionais tiveram e têm papel-chave na configuração de complexas redes que articulam atores sociais diversos em espaços multiescalares. O conceito de hegemonia aqui utilizado está referenciado nas formulações de Gramsci (1978), isto é, a ideia de um processo de direção que não se restringe apenas ao âmbito das esferas econômica e política, mas também, como bem ressaltou Gruppi (1978, p. 5), “sobre o modo de pensar,

sobre as orientações ideológicas, inclusive sobre o modo de conhecer” de uma dada sociedade.

Devemos esclarecer finalmente que no projeto de pesquisa utilizamos a expressão “agenda verde” para designar o conjunto de políticas e estratégias de tipo neocoloniais que orientam a reterritorialização do capital na região em tela nas últimas três décadas. Neste artigo (assim como no relatório, final da pesquisa) optamos também pelo uso da expressão “capitalismo verde” para tornar mais precisa e abrangente a tradução da dita “agenda verde” nessa reterritorialização. Portanto, interpretamos o “capitalismo verde” como expressão das “transformações reais operadas no capitalismo no sentido de promover um movimento simultâneo de adaptação à nova divisão internacional do trabalho, ao reordenamento de natureza geopolítica, as reconfigurações nas relações Estado/mercado e à assimilação do ambientalismo no processo de acumulação global” (PAULA, 2013, p. 24).

1 OCUPAÇÃO E DOMÍNIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

A tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia foi delimitada no início do século XX. Essa configuração territorial expressou o resultado de uma intensa disputa internacional pelo controle de fluxos da borracha natural, matéria-prima fundamental para a indústria sediada nos países capitalistas centrais naquele período (Figura 1).

A formação socioeconômica territorial dessa região, desde então, é marcada por fortes conflitos socioterritoriais envolvendo as disputas pelo domínio dos bens naturais: do caucho e a borracha no passado até a exploração madeireira, hidro e agronegócios, petróleo e gás, mineração e mais recentemente o PSA. A história dessa conquista e espoliação tem sido marcada pela expropriação territorial dos povos indígenas e também do campesinato constituído no decorrer dessas frentes de expansão (MORAIS, 2008).

A expansão da fronteira capitalista nesses territórios, após o declínio da economia centrada no monoextrativismo da borracha, tem sido marcada pela contínua busca de outros bens naturais passíveis de mercantilização e apropriação privada. Em uma publicação anterior, Paula (2013) apresenta uma síntese desse processo situando-o no contexto das políticas e das estratégias de desenvolvimento capitalista levadas a cabo pelos seus respectivos Estados nacionais. De um modo geral, o referido autor mostra que a segunda metade do século XX foi marcada por:

Figura 1 - Região da Tríplice Fronteira: Acre (BR), Pando (BOL) e Madre de Dios (PE)



Fonte: Bolívia, 2010.

a) no caso do Acre, acelerada expansão da pecuária extensiva de corte e extração florestal madeireira via reconcentração da propriedade fundiária que expropriou milhares de camponeses e parte dos territórios ainda ocupados pelos povos indígenas. Promoveu-se ainda uma política de colonização voltada para aliviar as tensões dos conflitos fundiários no Sudeste e no Nordeste via transferência de milhares de camponeses expropriados para a Amazônia. Dos conflitos e lutas de resistências daí resultantes se produziu uma reconfiguração da estrutura fundiária do estado, mantendo, todavia a concentração da propriedade fundiária;

b) na Regional de Madre de Dios, a expansão da fronteira foi impulsionada pela mineração (extração de ouro) e a impulsão de fluxos migratórios dela decorrentes, especialmente das regiões serranas. Posteriormente, agregou-se o incremento da exploração florestal madeireira, e a expansão da agricultura camponesa. Na virada do século XX a região passou a ser objeto de outras investidas de grandes corporações vinculadas a exploração de gás e petróleo, hidro energia, produtos da biodiversidade e PSA. Os conflitos pela posse da terra/território também ampliaram monumentalmente com avanço dessas frentes sobre os territórios ocupados pelos povos indígenas e comunidades camponesas;

c) o departamento de Pando também tem sido marcado pela continuidade do extrativismo – castanha, madeira e investidas recentes na mineração – como traço fundamental da expansão da fronteira capitalista. Nas duas últimas décadas se constata também um incremento da pecuária extensiva de corte. Parte dos conflitos pela posse da terra/território foi debelada pela conclusão do processo Reforma Agrária levado a cabo pelo governo de Evo Morales. Deve-se registrar ainda que a presença de uma Zona Franca em Cobija, capital do departamento de Pando, transformou a circulação de mercadorias em forte entreposto comercial.

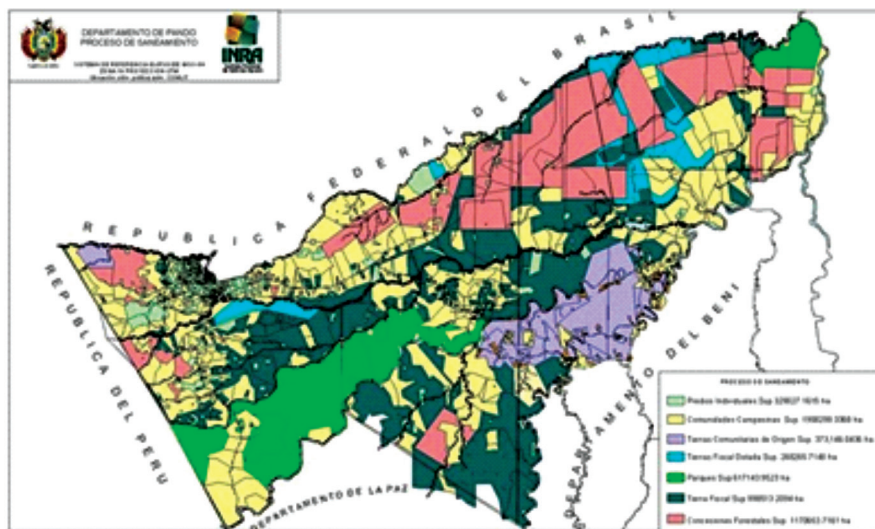
Durante décadas, a fronteira formada entre esses três países pouco chamou a atenção dos respectivos governos centrais. Na atualidade, porém, vários eventos mostram sua revalorização estratégica. A fronteira que no passado não recebeu muitas iniciativas do poder público, hoje se configura como constitutiva das políticas regionais. Destaque para essa questão foi a iniciativa do governo peruano de criar zonas de colonização, do governo boliviano de incentivar a colonização e potencializar as cidades de livre comércio na faixa fronteira. No caso do governo brasileiro, além do fato de constituir-se em áreas de segurança nacional, tem sido incluída em projetos públicos e privados ligados ao PAC e IIRSA (PAULA; MORAIS, 2010a).

Assim, o que foi considerada como região “inóspita”, como “vazio demográfico”, como “reserva da biodiversidade” e como “reguladora do clima” do planeta, hoje aparece como objeto de desejo de grandes grupos econômicos de capitais sediados nos EUA, na Europa e na China. Na atualidade não é a borracha natural que está sendo disputada, mas outras fontes de matéria-prima existentes no subsolo e na biodiversidade dessa floresta tropical. Sob a ideologia do “desenvolvimento sustentável na faixa de fronteiras” há uma continuidade da política de “integração da Amazônia” iniciada pela ditadura militar. A diferença é que agora a escala de exploração por parte dos grandes grupos de capitais privados “transbordou” as fronteiras nacionais da Amazônia brasileira e se expandiu em direção à Amazônia continental (PAULA, 2011). Simultaneamente à construção

dos eixos de integração previstos na IIRSA, as empreiteiras brasileiras, movidas pelos generosos financiamentos do BNDES, vão ampliando seu raio de ação.

O departamento de Pando possui uma superfície de 63.827 km², que representa 6% do território boliviano. Na Bolívia este é o único departamento que concretizou sob o governo de Evo Morales o processo de *saniamiento de tierras* (reforma agrária), conforme mostrado na Figura 2, 40% do território estão formalmente sob o domínio de comunidades camponesas e povos indígenas. Possui dois *Territórios Comunitarios de Origen (TCO)* com aproximadamente 200.000 ha de terras onde vivem 5 povos indígenas: Tacanas, Ese-ijjas, Cavineños, Yaminahuas y Machineris. A região de Pando, no que diz respeito às grandes obras, está contemplada com a construção da estrada Corredor Norte que o unirá ao departamento de La Paz, como também pela construção das usinas hidroelétricas no complexo Madeira y de Tahuamanu (BOLÍVIA, 2010).

Figura 2 - Departamento de Pando

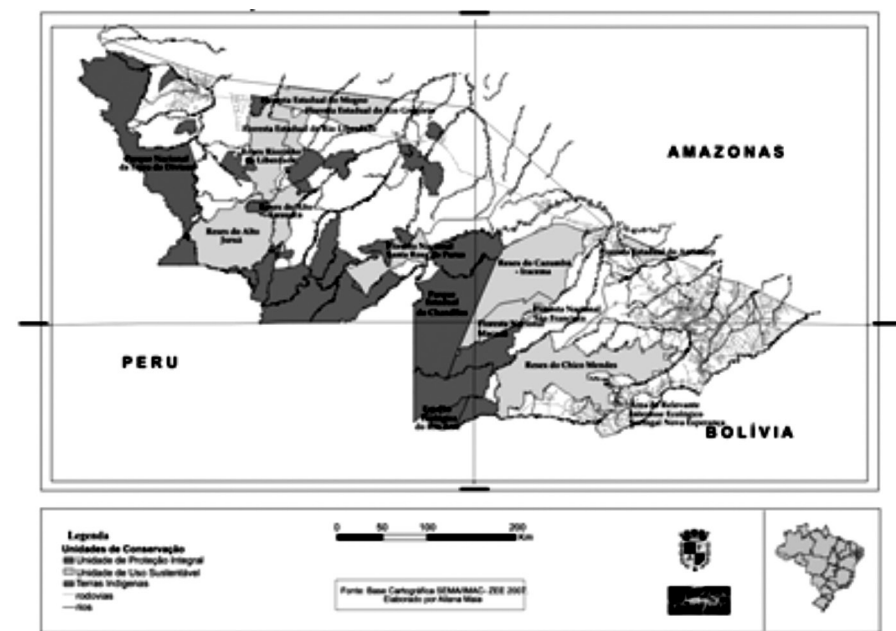


Fonte: Bolívia (2010)

No estado do Acre, deve-se ressaltar que em decorrência das lutas de resistência por terra/território desencadeadas na década de 1970 e da adoção de políticas identificadas com a “agenda verde” nas três últimas décadas, grande parte da faixa de fronteira no estado se configura por um mosaico contínuo de “territórios protegidos” composto de terras indígenas, unidades de conservação de proteção integral e por “unidades de conservação de uso sustentável”, abrangendo pouco mais de 4 milhões de hectares contínuos de florestas (MORAIS, et al. 2012).

Os territórios das comunidades tradicionais formam uma espécie de zona tampão do lado brasileiro da fronteira internacional. Essa zona-tampão foi incentivada pelo poder público tanto no sentido de proteção do patrimônio ambiental diante das frentes madeireiras e agropecuária quanto na estabilização da linha de fronteira (Figura 3). Esse fato não foi aleatório e sim efeito de uma política federal deliberada, de criar zonas-tampão no limite internacional amazônico. Em alguns trechos da região fronteira os países vizinhos também criaram, do outro lado do limite internacional, suas próprias zonas-tampão, institucionalizando terras indígenas e parques nacionais (MACHADO, 2005).

Figura 3 - Acre: áreas naturais protegidas



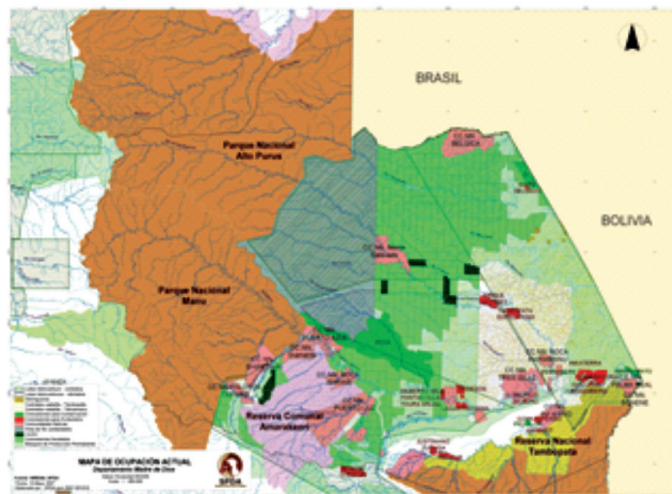
Fonte: Morais (2008)

O lado peruano da fronteira constituiu-se de um mosaico contínuo de “territórios protegidos” ao longo da bacia do Alto Purus, com distintas finalidades: reservas destinadas a indígenas isolados, um parque nacional e uma “reserva comunal”, com área agregada de pouco mais de quatro milhões de hectares (AQUINO, 2008), conforme ilustrado na Figura 4. Essa área corresponde ao eixo de desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, projetado no âmbito macro da Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA).

Além dessas “áreas protegidas” na faixa de fronteira peruana existem 12 comunidades nativas e bosques de produção permanente que foram cedidos pelo

governo a empresas madeireiras. Segundo dados de Aquino (2008), ao longo da fronteira, nove terras indígenas e um parque estadual constituem territórios de moradia permanente e áreas de perambulação e usufruto de índios isolados. Estes perambulam pelas florestas banhadas pelos pequenos afluentes e tributários das cabeceiras dos rios Envira, Muru, Humaitá, Tarauacá, Jordão, Breu e Chandles (PAULA; MORAIS, 2010b).

Figura 4 - Áreas de conservação na faixa de fronteira da República do Peru



Fonte: Paula, 2011.

No Departamento de Pando/Bolívia, a reconfiguração territorial segue um padrão similar ao da zona de fronteira brasileira e peruana. Apesar de não haverem dados disponíveis ainda, sabe-se que há presença significativa de imigrantes brasileiros naquele território, a maioria vivendo do extrativismo e da agricultura de subsistência. Há também fazendeiros que se apropriaram de grandes extensões de terras para dedicar-se à pecuária extensiva de corte e à exploração madeireira.

Nesta região os movimentos sociais conquistaram territórios que agora estão sob risco de serem violados nesse novo ciclo de espoliação capitalista. Deve-se ressaltar também que essa reconfiguração territorial pautada em critérios similares, resulta da conjugação das políticas neoliberais na América Latina e as pressões internacionais em torno da “conservação na Amazônia”. Nesse processo, tanto a atuação de grandes Organizações Não Governamentais (ONG) ambientalistas transnacionais, quanto as agências governamentais como USAID, organismos multilaterais como Banco Mundial, passaram a ser cada vez mais

determinantes na formatação das políticas e estratégias de desenvolvimento na região, gradativamente legitimadas sob a ideologia do “desenvolvimento sustentável”, difundido como a “panaceia” para todos os males (PAULA; VALENCIO; MORAIS, 2012).

2 EXPRESSÕES TERRITORIALIZADAS DOS CONFLITOS SOCIAIS SOB O CAPITALISMO VERDE

A adoção das políticas subordinadas à “agenda verde” articuladas com a reconfiguração territorial supra, têm sido muito celebrada pelo conjunto das ONG, agências multilaterais, governos e organizações representativas dos movimentos sociais. Ela expressaria segundo os porta-vozes dessas instituições e organizações supostos avanços na área da conservação e dos direitos sociais dos povos indígenas e comunidades camponesas neles inseridos. De fato, expressa a materialização de uma parte seletiva das demandas forjadas nas lutas de resistências por terra/território, todavia, deve-se fazer duas advertências.

A primeira diz respeito ao fato de que ao lançar os holofotes sobre essas “conquistas” busca-se obscurecer o monumental avanço da concentração da propriedade fundiária. Isto é, fazendo uma leitura invertida, podemos constatar que os povos indígenas e as populações camponesas ficaram somente com um terço do território e que a maioria absoluta da “outra parte” passou para o controle direto do capital no decorrer da expansão do agronegócio. De acordo com Teixeira (2010, p. 7), somente no intervalo de 2003-2010, “na Amazônia (incluindo todo o MA), a área cadastrada aumentou de 177 milhões de hectares para 284 milhões de hectares (107 milhões ha, ou 61%). Dos 107 milhões ha ampliados, 90 milhões, o equivalente a 84% dessa expansão de área, se deram na categoria das grandes propriedades”.

A segunda relaciona-se com os efeitos nos territórios conquistados pelos povos indígenas e populações camponesas das adaptações à matriz do capitalismo verde realizadas no aparato jurídico-institucional. Em outras palavras, devemos lembrar que simultaneamente ao processo de reordenamento territorial foi-se implementando sob a ideologia do “desenvolvimento sustentável” e o pragmatismo neoliberal das políticas impostas via Banco Mundial e outras agências multilaterais, as condições legais para a espoliação nesses territórios. A “cesta de bens naturais” passou a incluir a biodiversidade em sua totalidade no processo de mercantilização do mundo, seguindo assim as proposições apresentadas no Relatório TEEB.

Como mostra Hirsch (2001, p. 111), “a questão da biodiversidade emergiu como aspecto especial na crise do fordismo no contexto das consequências do fracasso final da chamada “revolução verde” nos anos de 1960 e 1970”. Além disso, continua Hirsch, “a ascensão de novas indústrias de ciências da vida, a chamada biodiversidade selvagem, como base para novos produtos e processos de produção, ganha importância crescente nas indústrias farmacêutica, cosmética e de alimentos”. Entre as consequências desse processo, o referido autor destaca a emergência de um novo campo de conflitos com dimensões mais complexas, que envolveriam desde as disputas entre destruição e conservação, acessibilidade aos bens naturais e direitos de propriedade e distribuição “a exemplo das patentes de material genético, informação genética e organismos vivos” e controle dos mesmos uma vez que,

O impacto dos conflitos de interesse entre o Sul e o Norte, uma vez que os recursos genéticos são, não raro encontrados na periferia capitalista, enquanto as indústrias e tecnologias estão localizadas no Norte [...] e, finalmente, essa área de problemas está localizada, num certo sentido, em ângulos opostos à estrutura política convencional dos Estados-nação. Isso significa que aborda não apenas a questão de uma regulamentação política que transcende Estados nacionais, mas aborda, e ao mesmo tempo, as relações entre os Estados-nação e as entidades locais/regionais, tais como as comunidades autóctones que, com seus métodos específicos de agricultura, cultivo e criação, contribuem substancialmente para a geração e conservação da biodiversidade (HIRSCH, 2001, p. 112).

A essa ampliação da “cesta de bens naturais” para fins de mercantilização e os conflitos supra destacados por Hirsch, deve-se agregar as mais recentes iniciativas voltadas para institucionalizar a financeirização da natureza, especialmente via adoção dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). As chamadas “estratégias subnacionais” têm se convertido em “trincheira avançada” do capital nesse sentido, como ilustra a aprovação em 2010, da lei que instituiu o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) no estado do Acre.

As tensões entre Norte e Sul apontadas por Hirsch são potencializadas pela importância estratégica do controle dos bens naturais em todos os recantos do Planeta, como mostram Ceceña (2009), Bruckman (2013) e Boron (2013). Ao analisar a ofensiva militar dos Estados Unidos da América como parte da Geopolítica imperial de dominação na América Latina, Boron (2013, p. 85) chama atenção para o “cerco” em torno da Amazônia,

donde un cinturón de acero la recorre por los cuatro puntos cardinales: al Norte, por las bases instaladas en Colombia y las Antillas Holandesas (Aruba y Curaçao); al Sur, por las dos localizadas en Paraguay; al Oeste,

por las que se establecieron en el Perú; y al Este por las radicadas en Guyana, Surinam y la Guayana [Seria “Guyana”? Albano] Francesa.

Em suma, conforme se verá a seguir, essa avassaladora ofensiva do capital para apropriar-se dos bens naturais envolve para além da dimensão militarizada da Geopolítica, outras esferas relacionadas com a “direção política e moral da sociedade” (GRAMSCI, 1978). É sob esse turbilhão de adaptações que marcam o “esverdeamento do capitalismo” que a espoliação e as expressões territorializadas dos conflitos a ela subjacentes devem ser interpretadas.

A profundidade e complexidade desse processo de reterritorialização em curso nos territórios em tela nos dá uma ideia de suas repercussões no modo de vida em geral e na cultura em particular nesse espaço e tempo. Como mostrou Schmidlehner (2012, p. 13).

Os processos de desterritorialização, virtualização, mercantilização e monopolização da natureza acompanhados por novas tecnologias, tais como *bioengenharía* e *geoengenharía* (ETC 2012), carregam com eles profundas transformações da natureza e da cosmovisão e autocompreensão da humanidade. A Economia Verde significa a penetração de praticamente todos os níveis das nossas vidas pelo paradigma de dominação apontado por Adorno e Horkheimer. Enquanto a coerção de regimes totalitários é aparente, as estratégias hegemônicas do Capitalismo Verde, na superfície, ainda se apresentam como benevolentes e racionais e se tornam mais difíceis de enxergar. Estas estratégias se baseiam em complexas construções simbólicas, funciona através de manipulação, corrupção de relações de solidariedade entre comunidades, estabelecimento de relações de dependência econômica e manifestam sua violência em lugares dispersos, ofuscando assim sua causa comum. Diante das agravantes crises climática e ambiental, o projeto do Capitalismo Verde é apresentado como “única solução”, procurando reduzir nossas possibilidades de atuação, e mostrando assim crescentes tendências em direção a uma espécie de ecototalitarismo (grifos nossos).

Esse ecototalitarismo que preside a reterritorialização sob o capitalismo verde tem sido habilmente ocultado, ou melhor, travestido de democracia participativa. A censura e as tentativas de silenciamento das vozes dissonantes seguem a configuração de um estupendo monopólio da informação e da fala por parte de um restrito grupo de grandes ONG e “autoridades científicas” especializadas. A lei SISA revela com bastante nitidez esses traços mais marcantes.

Passemos então a uma análise dos novos conflitos sociais gerados no curso dessa reterritorialização. Os dados da pesquisa possibilitaram a identificação de quatro tipos de conflitos de ordem mais geral: o primeiro diz respeito àqueles relacionados com instalação de empresas madeireiras por meio de regimes de

concessões florestais; o segundo relaciona-se com a implementação de PMFS em grandes propriedades privadas, no caso do Acre, via de regra associados ao agronegócio da pecuária extensiva de corte; o terceiro deriva da expansão dos PMFS ditos “comunitários” implementados em territórios florestais ocupados por comunidades camponesas; o quarto resulta dos instrumentos vinculados à PSA, especialmente na forma de comércio de créditos de carbono via implementação de projetos de REDD.

No primeiro tipo de conflitos, a instalação da empresa madeireira em extensos territórios (podem variar de 10 mil a mais de 100 mil hectares) reproduz em outra versão o domínio da empresa seringalista instituído no passado. Essas concessionárias na prática transformam em propriedade privada terras de propriedade pública estatal. Com o “cercamento” desses territórios, as empresas criam suas próprias regras e formas disciplinares de trabalho e de uso do território, decidem quem pode entrar e sair dos seus domínios, como se fossem outro Estado (CINGOLANI, 2009). Os contratos assinados com os governos que instituem direitos e deveres das empresas, convertem-se em “letra morta”.

Além disso, essas empresas costumam avançar sua exploração sobre outros territórios de domínio dos povos indígenas e das comunidades camponesas. Assim, emerge uma série de conflitos relacionados com a luta dos “de baixo” pelo cumprimento dos direitos trabalhistas, respeito aos direitos territoriais atingidos direta ou indiretamente no entorno da empresa por contaminação e ou represamento de cursos de água, extermínio e ou afugentamento da fauna silvestre, interrupções de vias de acesso entre comunidades e, por último, sobreposição de área de exploração madeireira sobre áreas destinadas a outros fins, como a coleta de castanha no departamento de Madre de Deus.

O segundo tipo de conflitos, isto é, aqueles oriundos dos PMFS em grandes propriedades privadas têm ocorrido com maior intensidade no Acre. Isto ocorre, porque em terras acreanas o agronegócio da pecuária extensiva de corte avançou muito mais do que nos departamentos fronteiriços e os PMFS, assim como PSA, passaram a converter-se em excelentes negócios. Por meio das adaptações jurídicas institucionais mostradas na seção anterior – reforçadas ainda pelas recentes adaptações no Código Florestal Brasileiro – os pecuaristas adquiriram o direito de exploração das áreas de reserva legal (80% no caso da Amazônia). O resultado imediato foi a eclosão de um novo surto de expropriação de territórios do campesinato e dos povos indígenas.

Os dados sobre conflitos no campo publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram uma espiral crescente dos conflitos relacionados com a exploração florestal madeireira na Amazônia brasileira, em geral, e no

Acre, em particular. Em 2013 foram contabilizados 38 conflitos por terra envolvendo 3876 famílias, sendo cerca de 3300 representadas majoritariamente por seringueiros. Desse total, 900 famílias de seringueiros estiveram em conflitos envolvendo diretamente os PMFS e a empresa Laminados Triunfo, uma das maiores madeireiras em operação na Amazônia brasileira. Ademais dessa ordem de conflitos envolvendo a posse da terra, Paula e Morais (2013) mostram como esses PMFS “infernizam” a vida dos moradores com a movimentação de máquinas, ruído de motosserras, poluição e interdição de mananciais de água, afugentamento da caça silvestre, entre outros.

No que diz respeito ao terceiro tipo de conflitos, PMFS ditos “comunitários” implementados em projetos agroextrativistas e unidades de conservação de uso direto, sua ocorrência deve-se basicamente a dois fatores determinantes: 1) No momento em que recebem o pagamento pela madeira, os camponeses descobrem que foram enganados. Entre os preços anunciados e os efetivamente recebidos existe uma enorme diferença uma vez que são descontados os valores referentes aos “custos operacionais”. Em um dos depoimentos obtidos em nossa pesquisa de campo (2013), um morador do Projeto Agroextrativista Porto Dias – usado como experiência pioneira para implementação de PMFS comunitário no Acre – revelou-nos que “saiu do manejo” porque além de estar destruindo a sua “colocação” os preços pagos pela madeira eram irrisórios, algo em torno de R\$ 60,00 (sessenta reais) por metro cúbico. Em Rio Branco essa madeira chega a ser vendida pelas madeireiras a R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) o metro cúbico; 2) a insatisfação gerada com a perda da relativa autonomia em suas “colocações”. As suas atividades passam a ser restringidas mediante o que determina os contratos. Detalhe importante: esses moradores não ficam com cópias desses contratos.

Sobre o quarto tipo de conflitos sociais, a exemplo do que vem ocorrendo em outras regiões do hemisfério sul, os conflitos territoriais tem se agravado na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia. Durante a COP 20 (Lima, dezembro de 2014), a Plataforma DHESCA divulgou um informe resumido sobre a violação de direitos humanos no estado do Acre sob o contexto de implementação da “economia verde”. De acordo com o referido informe,

En ese contexto de conflictos y denuncias de violaciones de derechos humanos como consecuencia de los proyectos de manejo, del Sisa y de los proyectos de Redd en el estado de Acre, esta Relatoría cree ser de suma importancia que el gobierno de Acre realice una amplia y seria evaluación de todo el proceso de implementación y ejecución de la política de economía verde implementada en el estado hasta ahora (DHESCA, 2014, p. 24).

Em suma, pode-se concluir que aos “velhos conflitos sociais” – entendidos como expressões do processo de expropriação da terra/território no decorrer da expansão capitalista em suas fases anteriores – somam-se no limiar do século XXI outra ordem de conflitos sociais decorrentes da reterritorialização sob o capitalismo verde. Suas repercussões materiais e simbólicas nos territórios foram bem elucidadas por Dercy Teles, então presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Xapuri. Perguntada em uma entrevistada concedida a Souza (2012)², se o conjunto dessas políticas instituídas pela economia verde concorreria para melhorar a vida dos moradores das unidades de conservação, Dercy respondeu,

Em hipótese nenhuma, porque essas políticas só vêm a amordaçar a vida dessas pessoas. Elas ficam sem vez e sem voz. Sem voz porque assinam um contrato que é no mínimo de trinta anos. Disponibiliza a área de moradia delas por trinta anos pra que o governo e as multinacionais pesquisem e se usufruam de todo o conhecimento da área por uma mixaria que é insignificante. E o mais grave ainda é que elas não podem mais mexer na área, elas não podem mais pescar, elas não podem mais tirar madeira para seu uso, elas não podem mais caçar, elas não podem mais nada [...] Então, em minha opinião, essas políticas nada mais é do que o confinamento dessas populações dentro do seu próprio território, fazendo com que futuramente elas desistam, porque não faz sentido você viver no meio de uma floresta sem poder usufruir dos bens que ela te oferece. A vida não faz sentido. E essas bolsas que tão sendo disponibilizadas nem que fosse de um milhão de reais, mas ninguém vive parado num canto porque a vida perde a razão, né, você vai se sentir inútil, não tem como a pessoa viver parada só comendo e olhando pra mata sem poder fazer tudo aquilo que ele cresceu fazendo, pescando, caçando, andando, fazendo sua roça, etc.

Depoimentos semelhantes a esses apareceram em nossa pesquisa de campo nos diferentes lugares que estivemos. Podem ser ainda encontrados em denúncias divulgadas por organizações representativas do campesinato, como expressa o Informe: Siguen las amenazas sobre nosotros! de autoria da Federación Agraria Departamental de Madre de Dios/FADEMAD³.

Em suma, os dados da pesquisa mostraram que o cercamento das florestas sob o capitalismo verde não requer necessariamente a instituição da propriedade privada da terra, ele pode se processar por meio da sua estatização sob formas jurídicas diversas (unidades de conservação, TCO etc.). Valendo-se de instrumentos como as concessões florestais, PMFS e PSA essas florestas estatizadas são entregues de “mão beijada” para exploração por parte de grupos de capitais privados nacionais e estrangeiros.

² Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/Rio20/Dossie-ACRE.pdf>

³ Esse informe pode ser acessado em: <http://wrm.org.uy/paises/Peru/Informe-FADEMAD-Peru.pdf>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais procuramos realçar no escopo deste artigo a ideia de que o cercamento das florestas sob o capitalismo verde na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia pode ser interpretado como uma atualização mais sofisticada dos cercamentos dos campos na Inglaterra nos umbrais do desenvolvimento capitalista ainda no século XVII. Tal sofisticação deve-se fundamentalmente à adoção de um padrão contratual normativo de exploração dessas florestas que imputam invisibilidade aos *enclosures* contemporâneos. Os conflitos sociais relacionados com terra/território aqui abordados não podem ser interpretados na sua devida complexidade sem levar em conta esse fato.

REFERÊNCIAS

AQUINO, T. T. V. de; IGLESIAS, M. P. X Encontro do Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá/Brasil-Peru. Rio Branco: **Coluna Papo de Índio-Jornal** Página 20: 28-10-2008.

BOLÍVIA. **Pando**: tierra saneada con la reconducción comunitaria. Cobija: INRA, 2010.

BORON, A. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. Buenos Aires: Luxemburg, 2013.

BRUCKMANN, M. **Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2013.

CECEÑA, A. E. **El águila despliega sus alas de nuevo: un continente bajo amenaza**. Quito: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica / Fedaeys. 2009.

CIMI. Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha. In: CIMI. **Do\$\$iê Acre**: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> Acesso em: jan. 2013.

CINGOLANI, P. **Amazonía Blues**: denuncia y poética para salvar la selva. La Paz: FOBOMAD, 2009.

DHESCA. **Economía verde, pueblos de los bosques y territorios: violaciones de derechos en el estado de Acre**. Rio Branco, 2014.

FOUCHER, M. **Fronts et frontières**: un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

GRAMSCI, A. **Estado “ampliado”**. Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades. In: LOPES, L. P. M. (Org.). **Identities**: recortes multi e interdisciplinar. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

HAESBAERT, R.; MACHADO, L. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. M. de. **Territórios sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

HIRSCH, J. Políticas ambientais globais: o caso da biodiversidade. **Caderno CRH**, Salvador, n. 35, p. 107-122, jul./dez. 2001.

MACHADO, L. O. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 20, p. 709-728, 2005.

MORAIS, M. de J. **Acreanidade**: invenção e reinvenção da identidade acreana. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

MORAIS, M. de J.; SILVA, D. C.; MANCHINERY, A. S. da S.; ESPÍNDOLA, M. de S. Fronteiras e mobilidade territorial: trajetórias de famílias seringueiras na região fronteira do Acre, BR, Pando, BOL, e Madre de Dios, PE. In: PINTO, M. C. O. B. S.; MORAIS, M. de J.; LIMA, J. C. (Orgs.). **Processos de territorialização e identidades sociais**. 2. ed. São Carlos, Manaus: RiMa Editora, EDUA, 2012. v. 2.

_____. **Transgredindo fronteiras, Amazônia no espelho de Caliban**. México: UNAM, 2011. México-DF, 2011. 108 p. Relatório de Pós-doutoramento.

PAULA, E. A.; MORAIS, M. de Jesus. Pagamento por serviços ambientais, espoliação e transgressões de direitos territoriais na Pan-Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia. Comunicação apresentada no ALAS, Santiago, 2013.

PAULA, E. A. de; MORAIS, M. de J. **El Porvenir**: O 11 de setembro para além da Amazônia Boliviana. In: ALASRU. Porto de Galinhas-PE, 2010a.

PAULA, E. A. de; MORAIS, M. de J. Nos labirintos das fronteiras amazônicas. In: VALENCIO, N. F. L. S. (Org.); PAULA, E. A. (Org.); WITKOSKI, A. C. (Org.). **Processos de territorialização e identidades sociais**. 1. ed. São Carlos; Manaus; Rio Branco: RiMa Editora, EDUA, EDUFAC, 2010b. v. 1.

PAULA, E. A. de; VALENCIO, N.; MORAIS, M. de J. Fronteiras amazônicas e os “focos de calor” – o que as fumaças ocultam e revelam? In: PINTO, M. C. O. B. S.; MORAIS, M. de J.; LIMA, J. C. (Orgs.). **Processos de territorialização e identidades sociais**. 2. ed. São Carlos; Manaus: RiMa Editora, EDUA, 2012. v. 2.

PAULA, E. A. Entre desastres e transgressões, a chegada dos imigrantes haitianos no “reino deste mundo amazônico” **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, p. 187-206, dez. 2013. NAEA/UFPA, Belem, 2013

SCHMIDLEHNER, Michael F. Função estratégica do Acre na produção do discurso da Economia Verde. In: CIMI. **Do\$\$iê Acre**: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Texto submetido à Revista em 04.10.2014
Aceito para publicação em 08.02.2015

